

ESTUDOS E ANÁLISES

Número 20 – Abril de 2013

Balanço das negociações dos reajustes salariais na Saúde Privada e Filantrópica do estado de São Paulo: 2012

Introdução

Anualmente o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, DIEESE, publica o “Balanço das negociações dos reajustes salariais”. Atualmente, o estudo acompanha um painel fixo de 704 unidades de negociação¹, composto por acordos e convenções coletivas de trabalho da Indústria, do Comércio e do Setor de Serviços. Como a análise se restringe a um painel limitado, o objetivo é tão somente identificar as tendências no desempenho dos reajustes salariais conquistados nas negociações coletivas em determinado período. O adequado entendimento dos resultados obtidos nas negociações anteriores constitui um importante subsídio para as negociações coletivas em curso, contribuindo para o necessário planejamento da ação sindical.

A partir da experiência nacional, a Subseção do DIEESE na Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo apresenta o “Balanço das negociações dos reajustes salariais na Saúde Privada e Filantrópica do estado de São Paulo: 2012”.

Esta análise, à semelhança do estudo nacional, não constitui propriamente um levantamento estatístico, visto que embora a representatividade das fontes utilizadas seja elevada, não são observados critérios rígidos de amostragem. Além disso, diferentemente do estudo nacional, esta análise não adota um painel fixo². Isto posto, a aplicação do texto restringe-se tão somente a apontar as tendências gerais observadas nos reajustes salariais obtidos pela categoria dos trabalhadores da saúde privada e filantrópica no estado de São Paulo no ano de 2012.

¹ Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um documento formalizado entre as partes (Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho).

² Diferentemente do estudo nacional que considera um painel fixo, esta análise utiliza a totalidade dos instrumentos de negociação coletiva assinados a cada ano e encaminhados pelas entidades sindicais. Logo, as unidades de negociação consideradas em 2012 podem não ser as mesmas utilizadas em 2011.

1 Balanço das negociações dos reajustes salariais: 2012

Em 2012, no plano nacional, 94,6% das negociações incorporaram aumento real aos salários, 4,1% conseguiram reajustes em percentual igual à inflação e, apenas 1,3% ficaram abaixo, sendo que, ainda assim, o reajuste foi muito próximo da variação de 12 meses do INPC-IBGE. Além disso, o aumento real médio foi de 1,96%. Trata-se do melhor resultado já registrado pelo DIEESE desde 1996.

Apesar do excelente desempenho, foi possível perceber um leve arrefecimento nos resultados das negociações no segundo semestre do ano, uma vez que os dados do 1º semestre indicavam 97% das negociações com reajustes acima do INPC-IBGE e um aumento real médio de 2,23%.

Considerando apenas o painel fixo de 704 unidades de negociação³, evidencia-se a ocorrência de uma elevação do nível de aumento real conquistado pelas categorias nos últimos anos. Na comparação com 2008, observa-se um crescimento da ordem de 16 pontos percentuais (p.p.) na ocorrência de reajustes acima da variação do INPC-IBGE em 2012. Além disso, em 2008, os aumentos reais se concentraram nas faixas de ganho de 0,01% a 2,0% acima do INPC-IBGE (64% dos reajustes analisados). Em 2012, as faixas de ganho real com maior concentração de reajustes passaram a ser as de 1,01% a 3% acima do INPC-IBGE (63% dos reajustes analisados). Esse crescimento é resultante, principalmente, do aumento do número de reajustes na faixa de ganho entre 2,01% e 3% (Tabela 1).

Em 2012, o valor médio do aumento real, em relação ao INPC-IBGE, foi de 1,96%, muito acima do observado em anos anteriores: 2011 (1,34%); 2010 (1,67%); 2009 (0,95%) e 2008 (0,92%).

³ A partir de 2008 o DIEESE passou a acompanhar sempre as mesmas 704 unidades de negociação coletiva.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2012

Variação	2008	2009	2010	2011	2012
	(em %)				
Acima do INPC-IBGE	78,3	80,5	87,8	87,1	94,6
Mais de 5% acima	0,6	1,7	4,3	1,4	4,4
De 4,01% a 5% acima	0,9	1,4	3,4	1,4	4,0
De 3,01% a 4% acima	3,3	2,8	8,8	5,7	3,7
De 2,01% a 3% acima	9,7	11,4	16,3	15,2	28,4
De 1,01% a 2% acima	29,7	25,7	27,7	36,1	34,2
De 0,01% a 1% acima	34,2	37,5	27,3	27,3	19,9
Igual ao INPC-IBGE	10,7	11,6	7,7	7,1	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	9,5	5,4	4,0	4,8	1,1
De 1,01% a 2% abaixo	0,9	0,6	0,1	0,4	0,1
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,6	0,1	0,3	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
Mais de 5% abaixo	0,4	1,0	-	0,3	-
Abaixo do INPC-IBGE	11,1	7,8	4,5	5,8	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

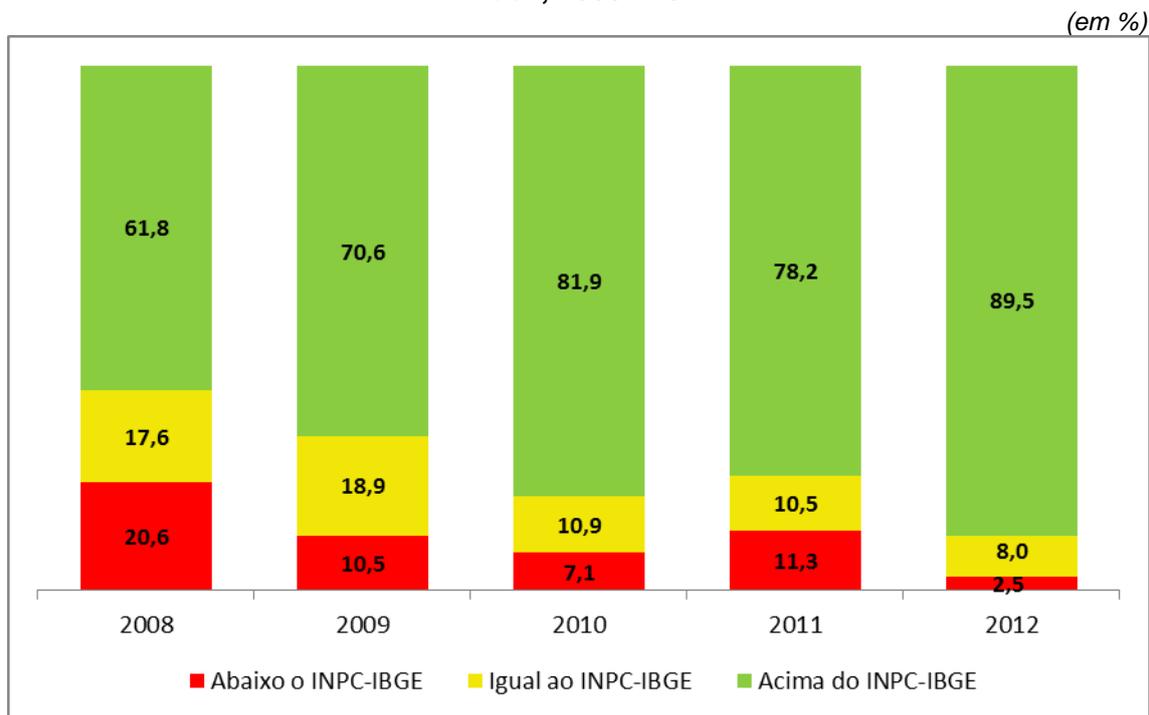
Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 704 unidades de negociação.

1.1 Desempenho dos reajustes salariais no setor de Serviços

No setor de Serviços, o crescimento da ocorrência de reajustes com aumentos reais no período 2008-2012 é ainda mais expressivo. Em relação a 2008, o ano de 2012 apresenta um crescimento de 28 p.p. no conjunto de reajustes com aumentos reais. Em relação a 2011, o aumento foi de 11 p.p. Observa-se, também uma redução expressiva no número de reajustes abaixo da inflação, que caem aproximadamente 18 p.p. na comparação entre 2008 e 2012. O mesmo ocorre com os reajustes iguais à variação da inflação, que caem quase 10 p.p. no período.

Em 2012, 89,5% das negociações obtiveram ganho real, 8% igualaram a inflação e, apenas, 2,5% ficaram abaixo do INPC-IBGE (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais nos Serviços, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008 - 2012



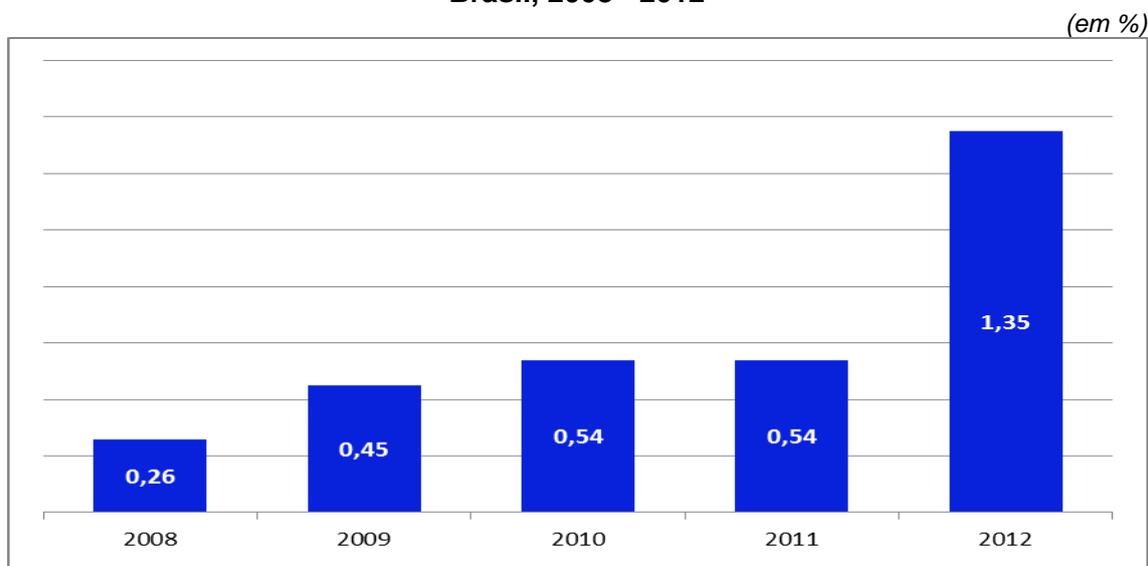
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários
 Obs.: Dados referentes aos reajustes de 238 unidades de negociação

Vale ressaltar que a incidência de reajustes com ganhos reais superiores a 3% subiu de 7,5%, em 2011, para 13,9%, em 2012. Em 2008 correspondia a, apenas, 2,5% do total. Ademais, em 2012, o valor médio do aumento real foi de 1,81%, o maior do período.

1.2 Reajustes salariais nos Serviços de Saúde privada

Dentro da composição do setor de Serviços, o DIEESE acompanha, desde 2008, 21 unidades de negociação do setor de Serviços de Saúde privada. Apesar da pequena representatividade deste “painel”, observa-se, em âmbito nacional, substantiva melhora no desempenho das negociações dos reajustes salariais no período 2008-2012. O aumento real médio obtido em 2012 (1,35%) é o mais alto da série e é cinco vezes superior ao resultado observado em 2008 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Aumento real médio⁽¹⁾ nos Serviços de Saúde Privada
Brasil, 2008 - 2012



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: Foram considerados os reajustes de 21 unidades de negociação de Serviços de Saúde

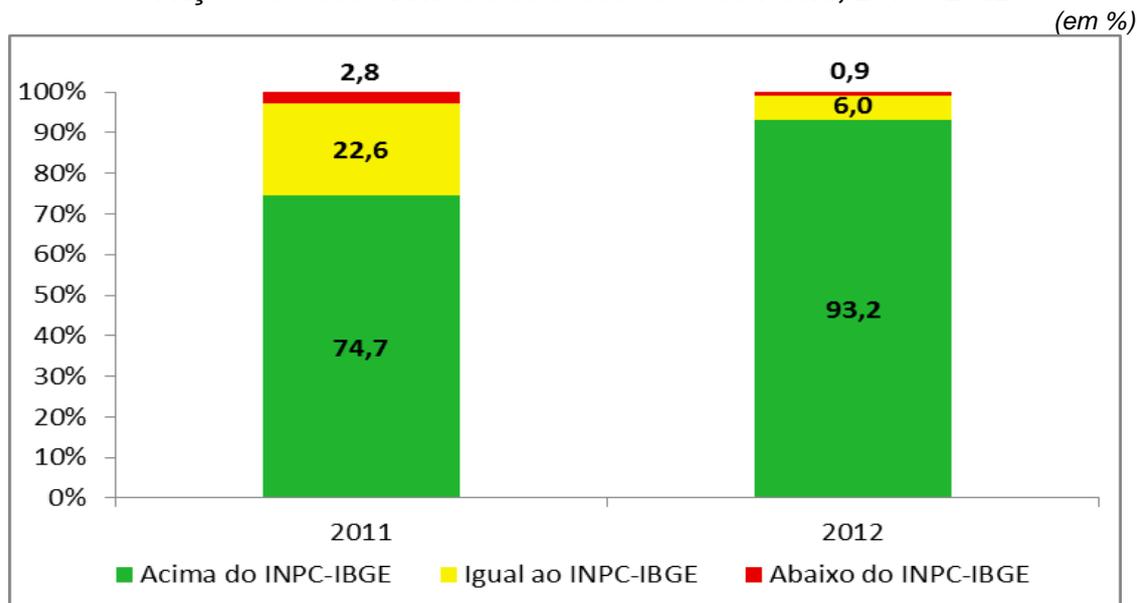
Esta melhora no desempenho das negociações na saúde privada pode ser atribuída, em parte, à valorização do salário mínimo que pressionou os pisos, bastante baixos, da categoria. Por outro lado, o crescimento do nível de emprego e renda, verificado nos últimos anos, tem pressionado a capacidade de oferta dos prestadores de serviços de saúde privada, em função da migração de pacientes antes dependentes exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). Este movimento contribuiu para reajustes mais elevados na medida em que a maior demanda por mão-de-obra fortalece o poder de barganha dos trabalhadores.

2 Reajustes salariais no setor de serviços de saúde privada no estado de São Paulo

Em 2012, 93,2% das correções salariais da saúde privada no estado de São Paulo foram realizadas com percentual superior à inflação, medida pelo INPC-IBGE. Trata-se de um avanço substancial, quase 20p.p., em relação ao resultado das negociações em 2011 (74,7%). No mesmo sentido, houve uma significativa redução do percentual de

unidades de negociação com reajuste idêntico à variação da inflação de 12 meses, passando de 22,6% em 2011 para 6% em 2012. Além disso, em 2012, apenas 0,9% dos reajustes ficaram abaixo do INPC-IBGE, registrando perda real. Em 2011, este percentual havia sido de 2,8% (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE
Serviços de Saúde Privada do estado de São Paulo, 2011 - 2012



Fonte: Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo
 Elaboração: DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.

Na verdade, uma avaliação mais rigorosa, dos reajustes salariais obtidos, releva resultados ainda melhores. Em 2011, a maior parte das unidades de negociação (57,6%) obteve reajustes reais de até 1%. Em 2012, verifica-se uma evolução de patamar, de modo que a maior parte das unidades de negociação (67,2%) obteve reajustes reais entre 1% e 3%, sendo que mais da metade destas situou-se em 2% e 3%. No mesmo sentido, em 2012, 3% das negociações obtiveram reajuste real acima de 4%, ao passo que em 2011, apenas 0,9% das negociações registraram reajustes nesse patamar (Tabela 2).

TABELA 2
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE
Serviços de Saúde Privada do estado de São Paulo, 2011 - 2012

(em %)

Variação	2011		2012	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	162	74,7	219	93,2
Mais de 5% acima	2	0,9	4	1,7
De 4,51% a 5% acima	-	0,0	3	1,3
De 4,01% a 4,5% acima	-	0,0	-	0,0
De 3,51% a 4% acima	-	0,0	-	0,0
De 3,01% a 3,5% acima	9	4,1	1	0,4
De 2,51% a 3% acima	-	0,0	26	11,1
De 2,01% a 2,5% acima	2	0,9	60	25,5
De 1,51% a 2% acima	7	3,2	15	6,4
De 1,01% a 1,5% acima	17	7,8	57	24,3
De 0,51% a 1% acima	86	39,6	10	4,3
De 0,01% a 0,5% acima	39	18,0	43	18,3
Igual ao INPC-IBGE	49	22,6	14	6,0
De 0,01% a 0,5% abaixo	5	2,3	2	0,9
De 0,51% a 1% abaixo	1	0,0	-	0,0
De 1,01% a 1,5% abaixo	-	0,0	-	0,0
De 1,51% a 2% abaixo	-	0,0	-	0,0
De 2,01% a 2,5% abaixo	-	0,0	-	0,0
De 2,51% a 3% abaixo	-	0,0	-	0,0
De 3,01% a 3,5% abaixo	-	0,0	-	0,0
De 3,51% a 4% abaixo	-	0,0	-	0,0
De 4,01% a 4,50% abaixo	-	0,0	-	0,0
De 4,51% a 5% abaixo	-	0,0	-	0,0
Mais de 5% abaixo	-	0,0	-	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	6	2,8	2	0,9
Total	217	100,0	235	100,0

Fonte: Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Elaboração: DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

Obs.: Composição do Painel: 2011 (42 CCT e 175 ACT); 2012 (47 CCT e 188 ACT).

O reajuste real médio também é um indicativo da melhora do patamar dos reajustes da saúde privada. Em 2011, o reajuste real médio obtido foi de 0,64%, por seu turno, em 2012, o reajuste real médio foi de 1,52%, quase três vezes mais.

Outro bom indicativo da melhora do nível de reajustes dos salários é a análise do reajuste mediano. Este indicador estatístico identifica o reajuste que ficaria exatamente no meio a lista, caso todos os instrumentos de negociação fossem enumerados em ordem crescente, de acordo com a magnitude do reajuste real. Em 2012, o reajuste mediano foi de 1,09%, mais que o dobro do verificado em 2011 (0,53%).

3 Conclusão

Em 2012, 93,2% dos reajustes salariais obtidos no setor de serviços de saúde privada no estado de São Paulo tiveram algum tipo de ganho real (acima da inflação). Em termos gerais, este desempenho está acima do observado no mesmo período do ano anterior (74,7%). Na verdade, este resultado supera até aquele obtido pelo setor de Serviços em nível nacional (89,5%) e, está muito próximo do desempenho observado no agregado dos setores econômicos em âmbito nacional (94,6%).

O resultado é muito satisfatório, pois se verifica uma significativa evolução no patamar dos ganhos reais. Em 2011, a maior parte das unidades de negociação (57,6%) obteve ganhos reais de até 1%, já em 2012, a maior parte das negociações (67,2%) obteve ganhos reais entre 1% e 3%. Ademais, o reajuste real médio de 2012 (1,52%) é quase três vezes superior ao observado em 2011 (0,64%).

Pode-se concluir, portanto, que em 2012 houve um importante avanço no resultado econômico da negociação coletiva no setor de saúde privada. Entre as possíveis causas deste resultado positivo, três se destacam: a) o esforço de mobilização conjunta da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, que, entre outras iniciativas, articulou a 1ª passeata paulista da saúde, realizada em diversas localidades do estado e apoiada por todos os sindicatos filiados; b) o aumento do salário mínimo nacional e do piso paulista, que pressionou os pisos salariais, ainda baixos, da categoria e; c) os níveis de inflação relativamente menores que os apurados no mesmo período do ano anterior.

Para 2013, a expectativa está no sentido de que as Campanhas Salariais consigam manter o nível de reajustes salariais obtidos em 2012. Não obstante, neste ano existem algumas condições conjunturais que podem dificultar o processo de negociação: a) os níveis mais elevados de inflação, que tendem a reduzir a margem para o “ganho real”; b) a arrefecimento do nível de geração de novos empregos no setor de saúde privada⁴ e c) o baixo desempenho da economia. Num cenário como este, mais do que nunca será importante a mobilização e ação organizada dos trabalhadores em defesa de melhores condições de vida e trabalho.

⁴ De acordo com as últimas análises do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/MTE, o dinamismo da geração de novas vagas no setor de saúde privada tem arrefecido. No plano nacional, os resultados de fevereiro de 2013 constituem a sexta queda consecutiva para o dado acumulado em 12 meses. Conferir Boletim DIEESE: Trabalho na Saúde, Abril de 2013, nº 19, p. 8.

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho assinadas nas bases territoriais de 18 sindicatos do setor de saúde privada e filantrópica no estado de São Paulo e registradas no Banco de Reajustes Salariais do DIEESE Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.
2. Este estudo analisou os reajustes salariais de 217 unidades de negociação em 2011 (42 CCT e 175 ACT) e 235 em 2012 (47 CCT e 188 ACT).
3. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios, adicionais, abonos, etc...).
4. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.
5. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.

Direção Executiva

Presidente: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Vice-presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesq. e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Serv. Públicos Fed. do Estado de Pernambuco – PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Clemente Ganz Lúcio – coordenador de pesquisas

Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Escritório Regional São Paulo

Eliana Elias – Supervisora Técnica – elias@dieese.org.br

Equipe Técnica Responsável

Luiz Fernando Alves Rosa – luizfernando@dieese.org.br

DIEESE - Subseção Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo



Rua Paula Ney, 533 – Aclimação

CEP 04.107-021 São Paulo, SP

Telefone (11) 5575-7427

E-mail: atendimento@federacaodasaude.org.br

www.federacaodasaude.org.br

Direção Executiva

Presidente: Edison Laércio de Oliveira

1º vice-presidente: Nilselene Martins da Silva

2º vice-presidente: Erivelto Correa Araújo

Dir. Relações Públicas: Marilsa Sales Braga

Secretária Geral: Elaine da Silva Amaral

1ª secretária: Edna Alves

2º secretário: João do Nascimento Carvalho

Tesoureira Geral: Maria Jerusa Tagiaroli de Abreu

1º Tesoureiro: Valdeir Magri

Dir. Ass. de Previdência Social: Lierse Christovam de Almeida

Dir. Recursos Humanos: Maria das Graças Artur Machado

Diretor-procurador: Paulo Roberto Gondim Richieri

Diretor de Relações Intersindicais: Milton Carlos Sanches

Diretor de Legislação e Normas: Aristides Agrelli Filho

Diretor de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Vergara Pereira

Diretora Cultural: Maria Hermann

Diretor de Assuntos Parlamentares: Pedro Alberto Tolentino

Diretora Arquivista: Sílvia Cristina Ponce

Diretora de Sede e Patrimônio: Leide Mengatti

Conselho Fiscal – efetivo

- Carlos Alberto Cairos

- Rozeli Aparecida Lopes Gonçalves Nogueira

- Elizabete Antonia Bertin

Delegados efetivos representante na CNT

- Marta Alves de Carvalho

- Paulo César Pereira Richieri

Suplentes de Diretoria

- Florivaldo P. de Almeida

- Vera Lúcia Salvadio Pimentel

- Edmilson Aparecido Ferreira

- Anselmo Eduardo Bianco

- Maria Helena Anunciação de Souza

- Maria de Fátima Marcon

- Maria Ivanilde de Araújo Almeida

- Maria Cecília da Silva

- Heloísa Helena Teixeira

- Francisco Sálvio de Almeida

- Arnaldo Batista de Almeida

- Ivone Carrocini

- Irany Maria de Jesus

- Marly Alves Coelho

- Ana Ferreira da Silva

- Maria Doniseti de Souza

- Elidalva da Silva Lima

- Hermínia Aparecida Cruz

- João de Fátima

Suplentes do Conselho Fiscal

- Sofia Rodrigues do Nascimento

- Natalício Valério da Silva

- Inês de Oliveira

Suplentes dos delegados representantes da CNTS

- Ademilson Eleodoro de Carvalho

- Zélia Aparecida Torquetti Spagnul